

A história das doenças e dos saberes médicos nos livros didáticos brasileiros de História

Alisson Eugênio

Resumo

Nesse artigo será apresentado o resultado de uma pesquisa preliminar sobre a abordagem dos temas do campo de estudos da história da medicina, da saúde e das doenças nos livros didáticos brasileiros de História, para saber até que ponto eles foram incorporados aos conteúdos de tais livros e como eles foram abordados.

Palavras-chave: livros didáticos de História, história da medicina, da saúde e das doenças, Brasil.

Abstract

This article will present the results of a preliminary research on the subjects of the field of study of the history of medicine, health and diseases in Brazilian textbooks of History, in order to know to what extent they were incorporated into the contents of such books and as they were addressed.

Keywords: brazilian textbooks of history, history of medicine, health and diseases, Brazil.

Introdução

Para avaliar até que ponto os temas do campo de estudos da história da medicina, da saúde e das doenças foram incorporados aos livros didáticos brasileiros de História, para saber eles conteúdos de tais livros e como eles foram abordados, é necessário conhecer a produção historiográfica de referido campo de estudos, para saber quais os temas são mais abordados e foi feita a sua abordagem.

Como há uma quantidade enorme de estudos, somente alguns dos mais citados, ou considerados de maior impacto na historiografia especializada em tal campo, serão apresentados.

Historiografia

O saber médico, desde os anos 1990, atrai cada vez mais a atenção dos historiadores.¹ No Brasil, essa atração se expressa na recente consolidação do campo historiográfico especializado em história da medicina, da saúde e da doença, da qual vem surgindo crescente interesse para a investigação de novos objetos relativos à atuação profissional dos médicos.²

¹ Nascimento, Dilene Raimundo e Carvalho, Diana Maul (org). *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Ed. Paralelo 15, 2004, p.13.

² O biênio de 2003 e 2004 pode ser usado como marco dessa consolidação, pois durante ele ocorreu o *I Seminário da História das Doenças*, sediado no Rio de Janeiro, e foram publicadas três importantes coletâneas de textos dedicados a objetos do mencionado campo historiográfico: Chalhoub, Sidney et al. *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2003; Hochman, Gilberto. *A era do saneamento*. São Paulo: Hucitec, 1998.

A coletânea organizada por Roberto Machado, *Danação da norma*, é um dos marcos inaugurais desse campo.³ Pois, trata-se da primeira publicação de um conjunto de pesquisadores das ciências humanas dedicada ao rompimento com o estudo tradicional (descrição de fatos e nomes de instituições médicas e de pessoas que nelas se destacaram) que até então marcava a história da medicina, da saúde e da doença neste país.

Os autores dos trabalhos inseridos nessa coletânea, enfocando o longo período entre a Colônia e a República, apoiando-se no conceito de disciplina elaborado por Michel Foucault,⁴ defendem o argumento de que no Brasil, a partir do século XIX, aos poucos o saber médico foi se impondo em algumas instituições (escola, cemitério, hospital, prisão, quartel, etc.) e sendo usado pelo Estado como instrumento de controle social, por meio de políticas sanitárias.

Em seguida, surgiram os trabalhos de Madel Terezinha Luz direcionados ao estudo do processo de institucionalização da medicina na sociedade brasileira, o qual ela interpretou como um efeito da construção da ordem burguesa neste país, partindo da interpretação marxista de que o Estado e as instituições que ele apoia são aparelhos ideológicos da classe dominante.⁵

Enquanto na linha teórica do trabalho de Roberto Machado surgiram poucas investigações, como a de Jurandir Costa dedicada ao estudo do enquadramento das famílias nos preceitos de higiene recomendados pelos médicos,⁶ na linha teórica dos trabalhos de Madel Terezinha Luz surgiram várias pesquisas. Uma delas é a de Lorelai Brilhante Kury sobre a Academia Imperial de Medicina, que, segundo a autora, foi uma das bases de sustentação ideológica do Estado brasileiro, principalmente nas décadas de 1830 e 1840, ao ter sido integrada ao quadro das instituições do Império e ter abrigado “intelectuais identificados com a refundação da sociedade escravista”.⁷ Outra é a de Sidney Chalhoub, que pesquisou as derrubadas dos cortiços no Rio de Janeiro e o esforço do Estado para vacinar a população, as tomando como exemplo de políticas governamentais de tentativas de controle das “classes perigosas”, que, segundo a elite econômica da época, colocavam em risco toda a população devido às suas habitações insalubres e à sua recusa à vacinação.⁸

Já que os autores desses trabalhos, ao romperem com a historiografia tradicional, privilegiaram a abordagem da medicina a partir de bases teóricas que lhes permitiram interpretá-la como uma técnica de

³ Roberto Machado. *Danação da norma*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

⁴ “Arte do bom adestramento”, ou “técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de poder”, cuja função é adestrar. Foucault, Michel. *Vigiar e punir*. 19ª ed., Petrópolis, Vozes, 1999, p. 143.

⁵ Luz, Madel Terezinha. *As instituições médicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, e *Medicina e ordem política brasileira*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

⁶ Costa, Jurandir. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

⁷ Kury, Lorelai Brilhante. *O império dos miasmas: a Academia Imperial de Medicina*. Niterói: Dissertação em história, UFF, 1990, p. 6.

⁸ Chalhoub, Sidney. *Cidade febril*. 2ª ed., São Paulo: Cia das Letras, 1999.

poder a serviço da ordem assegurada pelo Estado, mostrando de que maneira ela, ao ser institucionalizada durante o século XIX, foi usada como instrumento de controle social, o estudo das demais dimensões históricas desse campo de conhecimento ficou à espera de outros pesquisadores. Um deles foi o esforço dos seus agentes no Brasil, seguindo a tendência em curso no Ocidente, para consolidá-lo como uma atividade científica em função dos seus próprios interesses profissionais e do seu prestígio social, que somente começou a ser estudado ao longo dos anos 1990.

Três autores se destacam. O primeiro, Flávio Edler, examinou como a elite médica brasileira se apropriou do saber médico europeu, entre 1854 e 1884, datas em que respectivamente ocorreram as duas reformas no ensino desse campo de conhecimento neste país, para aprimorar a sua prática científica e, assim, ampliar a sua legitimidade profissional.⁹ Com esse objetivo, sustentou-se em uma gama de autores da história da ciência, como Thomas Kuhn,¹⁰ que ressaltam o caráter social do saber científico e a sua (re) construção ao longo da história, permitindo-lhe concluir que as reformas no ensino médico brasileiro foram frutos do empenho de uma elite profissional em sintonia com os avanços europeus na sua área de atuação.

O segundo, Luiz Otávio Ferreira, analisou os periódicos médicos brasileiros publicados entre 1827 e 1850, concluindo que eles serviram como um importante recurso intelectual para os profissionais da medicina legitimarem o seu saber, à medida que possibilitaram a mediação entre eles próprios e entre eles e a sociedade.¹¹ Para isso, baseou-se principalmente no trabalho de Robert Merton, que explica a institucionalização da ciência como resultado, por um lado, do seu próprio avanço impulsionado pelo engajamento dos seus agentes em busca de novas descobertas, por outro, das demandas sociais destinadas a soluções de problemas práticos da vida cotidiana.¹²

O terceiro, Edmundo dos Santos Coelho, investigou na sociedade brasileira do tempo do Império o processo de profissionalização da medicina, que, como no resto do mundo, ainda estava em processo de organização de regras científicas e formalização de normas de conduta dos seus praticantes. Com esse enfoque, revelou que a Academia Imperial de Medicina foi uma instituição estratégica para os seus associados reivindicarem jurisdição sobre os assuntos ligados ao seu campo de conhecimento.¹³ Com esse intuito, usou como referência teórica o estudo de Eliot Freidson, que analisa as profissões como um universo normativo, dotado de identidades, regras, lealdades e de um mínimo de consenso, que confere aos seus membros a coesão necessária para reivindicações que expressam tanto interesses da própria

⁹ Edler, Flávio. *As reformas do ensino médico e a profissionalização da medicina na corte*. São Paulo: Dissertação em história, USP, 1992.

¹⁰ Kuhn, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

¹¹ Ferreira, Luiz Otávio, *O nascimento de uma instituição científica: os periódicos médicos da primeira metade do século XIX*. São Paulo: Tese em história, USP, 1996.

¹² Merton, Robert. *Ciência, tecnologia y sociedad en la Inglaterra del siglo XVI*. Madrid: Alianza Editorial, 1984.

¹³ Coelho, Edmundo dos Santos. *As profissões imperiais*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

categoria profissional, quanto interesses públicos, como, no caso dos médicos, a solução dos problemas de saúde.¹⁴

Enquanto esses autores procuravam ampliar os estudos históricos sobre a medicina, pela via da história da ciência ou da sociologia das profissões, outros também na década de 1990 começaram a fazer o mesmo pela via da história cultural, que, aos poucos, vinha conquistando cada vez mais adeptos nas universidades com a diminuição do prestígio do marxismo. Os autores que estudaram no Brasil a história da medicina, da saúde e da doença partir dessa via privilegiaram a análise das tensões e interações culturais entre o saber médico acadêmico e o popular, quer dizer, de caráter apenas prático e transmitido oralmente, sendo por isso mais acessível à maior parte da população.

Assim, Betânia Gonçalves Figueiredo, estudando “a arte de curar e os seus agentes no século XIX na Província de Minas Gerais”, partiu da constatação de que não havia o “hábito de recorrer aos cuidados médicos”, por causa da ausência deles na maior parte da província, dos altos preços das suas consultas e da desconfiança em relação às suas terapêuticas, para observar “outros processos de cura adotados” na época.¹⁵ Ao observá-los, percebeu que havia, além de conflitos, interação cultural entre as mais diversas práticas de cura, incluindo as das diferentes vertentes dos médicos, o que a permitiu explicar o porquê de um doutor, por exemplo, “em um momento delicado de uma cirurgia, apelar para Joaquim Nagô”, e, após o sucesso da suposta intervenção deste, “agradecer ao amigo do outro mundo”.¹⁶

Outra pesquisadora, Maria Lúcia Castro Mott, estudou a atuação das parteiras no Brasil do século XIX, destacando a atuação de Mme Durocher, que se tornou uma das mais requisitadas da Corte, chegando a ser nomeada oficial de partos em 1866 na casa imperial, onde atendeu a princesa Leopoldina.¹⁷ Ao examinar a atuação dessa obstetra popular e o contexto social e cultural que dava sentido ao seu ofício, a autora mostrou que, a partir da criação da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a elite médica da capital do Império começou a perseguir as parteiras, às quais imputou parte da responsabilidade pelos altos índices de mortalidade das mulheres e seus filhos durante ou no pós-parto. Com isso, criou cursos obrigatórios para a formação das que quisessem continuar praticando a arte da obstetrícia e, ao mesmo tempo, lutou para deslocar o trabalho de parto, que até então era feito nas casas das parturientes, para os hospitais.

Os conflitos entre os médicos e as parteiras também foram pesquisados por Gabriela dos Reis Sampaio, que em uma obra intitulada *Nas trincheiras da cura* revelou, tomando a cidade do Rio de Janeiro

¹⁴ Freidson, Eliot. *Profession of medicine*. Nova York: Harper e Row Publishers, 1970.

¹⁵ Figueiredo, Betânia Gonçalves. *As artes de curar e seus agentes no século XIX na província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Tese em sociologia, UFMG, 1997, p. 10.

¹⁶ Figueiredo, Betânia Gonçalves. *As artes de curar e seus agentes no século XIX na província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Tese em sociologia, UFMG, 1997, p. 24.

¹⁷ Mott, Maria Lúcia Castro. *Parto, parteiras e parturientes no século XIX*. São Paulo: tese de doutorado em história, USP, 1998.

como exemplo, que havia uma “guerra” envolvendo os mais diversos agentes da cura, inclusive entre os próprios médicos, motivada pela concorrência por clientes e pelas formas diferentes de concepção dos meios terapêuticos vigentes no século XIX.¹⁸ Conforme explicou a autora, foram os representantes do saber médico acadêmico os principais protagonistas das “trincheiras da cura”, porque, diferentemente dos demais agentes das artes de curar, eles buscaram monopolizar o trabalho na área de saúde, à medida que a medicina se institucionalizava, com o argumento de que ele só poderia ser exercido por pessoas com formação profissional, em razão do avanço de tal campo de conhecimento.

Esse mesmo assunto foi estudado, enfocando também a capital do país, por Tânia Salgado Pimenta, que privilegiou o período entre 1828 e 1855, ao passo que Gabriela dos Reis Sampaio deu ênfase à segunda metade do século XIX. Com o objetivo de investigar “o exercício das artes de curar no Rio de Janeiro”, a primeira autora argumenta que a extinção da Fisicatura-mor em 1828 (órgão criado em 1808 para controlar as atividades exercidas pelos agentes da cura), em um contexto histórico marcado por um forte sentimento antilusitano, pode ser considerada um marco do início dos conflitos dos médicos com os demais prestadores de serviço sem formação profissional na área de saúde.¹⁹

Isso porque com a sua extinção, o país ficou sem autoridade nacional que controlasse o exercício da profissão médica (apesar de tal órgão permitir a qualquer pessoa exercer ofícios relacionados às artes de curar, mas desde que fosse examinada e aprovada por uma comissão por ele encarregada de avaliar a sua capacidade para tanto e, além disso, pagasse pelo exame, bem como pela licença que a autorizaria oferecer os seus serviços terapêuticos).

Em um trabalho organizado por Sidney Chalhoub,²⁰ esses mesmos conflitos ocorridos no século XIX foram observados em municípios que ainda não tinham sido investigados, como o de Campinas estudado por Regina Xavier. Essa historiadora explicou que uma das motivações da “guerra da cura”, declarada pelos médicos contra as pessoas que prestavam serviço na área de saúde sem formação acadêmica, era o fato de que, mesmo em localidades onde havia significativa oferta de profissionais nessa área, os curandeiros eram muito populares. Por isso, ela argumenta que a procura pelos seus serviços não pode ser explicada pela falta de médicos, pois, mesmo onde eles estavam presentes, os curandeiros eram muito requisitados, e sim pela maneira (mística e religiosa) como a maior parte das pessoas concebia as causas das enfermidades e os seus processos de cura.

Recentemente, a atenção dos historiadores do campo de pesquisa da história da medicina, da saúde e da doença vem sendo ampliado e uma das áreas que eles tendem a concentrar seus interesses é

¹⁸ Sampaio, Gabriela dos Reis. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial*. Campinas: Unicamp, 2002.

¹⁹ Pimenta, Tânia Salgado. *O exercício das artes de curar no Rio de Janeiro*. Campinas: tese em história, Unicamp, 2003.

²⁰ Chalhoub, Sidney et al. *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2003.

a do estudo de variadas moléstias, cujas análises têm sido, em sua maioria, apoiadas no conceito de representação ou no de imaginário social retirados do quadro teórico da história cultural. Um marco dessa tendência é a publicação da coletânea intitulada *Uma história das doenças* organizada por Dilene Raimundo do Nascimento e Diana Maul de Carvalho,²¹ na qual está inserido, por exemplo, a pesquisa sobre alcoolismo elaborada por Fernando Sérgio Dumas dos Santos. Esse autor explica de que modo o excesso de bebidas passou a ser percebido como problema de saúde ao longo da segunda metade do século XIX no Ocidente, inclusive no Brasil, ao ser identificado pelos médicos como causa de graves distúrbios, o que contribuiu para a embriaguez começar a ser estigmatizada no imaginário coletivo como mal social.

Entre tantas doenças que têm sido estudadas, destacam-se a varíola e o cólera e a febre amarela, devido a sua recorrência sob a forma epidêmica no Brasil. Muitas vezes, elas assolaram o país, deixando sua população desesperada pelo terror que causavam, pois, quando se alastravam, provocavam muitas mortes e enorme comoção social. Ou, em algumas ocasiões, ensejavam revoltas, como a que ocorreu no Rio de Janeiro em 1904, conhecida como a Revolta da Vacina (contra a vacinação obrigatória que levou parte dos habitantes da cidade a enfrentarem as autoridades para a revogação das medidas de restrições contra quem se negasse a se vacinar).

Como foi dito no início desse esboço historiográfico, ele é apenas uma amostra dos melhores trabalhos produzidos no campo de estudos da história da medicina, da saúde e da doença; daqueles que tiveram certa influência na abordagem dos livros didáticos brasileiros de história nos temas ligados ao referido campo de estudos.

O resultado da pesquisa

Foram utilizados trinta livros didáticos publicados entre as décadas de 1990 e a atual, sendo dez por década. Em cada um deles, foram procuradas as passagens que apresentam conteúdos ligados ao campo de estudo da história da medicina, da saúde e da doença. Em seguida, procurou-se agrupar os temas nelas apresentados para conhecer a frequência com a qual são abordados. E por fim procurou-se saber como foram utilizados, se para reforçar um tópico em que eles são assessórios, ou se como tópico com identidade própria.

Ao agrupar os temas, observou-se: 1) que a história da medicina está ausente; 2) que a história das condições de saúde está quase ausente e, quando aparece, não passa de um tema assessório de tópicos

²¹Nascimento, Dilene Raimundo do e Carvalho, Diana Maul de. *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Ed. Paralelo 15, 2004. Essas autoras junto a outros pesquisadores publicaram, até 2013, mais três volumes com o mesmo título.

ligados à história do trabalho ou a aspectos da vida cotidiana (que passaram a fazer parte da maioria dos livros brasileiros de história, à medida que a historiografia brasileira foi assimilando a Escola dos *Annales*); 3) que a história das doenças é a mais frequentemente abordada, geralmente, como tema assessorio de um tópico e algumas vezes como tópico, mas nunca como capítulo independente. Por esse motivo, ela será obrigatoriamente o foco desse artigo.

Nos livros didáticos brasileiros de história estuda-se a experiência histórica ocidental, pois a sociedade brasileira, por ter sido formada por um processo de colonização europeu, identifica-se com o passado da Europa desde sua base clássica até a atualidade. Dessa longa cronologia, todas as obras didáticas abordam dois grandes acontecimentos do campo historiográfico em análise: a epidemia de peste negra que devastou a população europeia no século XIV e o quase extermínio das populações indígenas durante a conquista da América.

O primeiro deles muitas vezes são tópicos de capítulos de livros e são apresentados como um dos fatores da crise do feudalismo e da Idade Média. Ao apresentá-los, os autores enfatizam as condições precárias de higiene (e assim abordam assessorivamente o tema da história da saúde) e o desconhecimento das causas da doença (sem entrar em maiores considerações sobre as limitações do saber médico então praticado).

Quanto ao segundo, ele aparece como tema assessorio do tópico dedicado ao processo da conquista, dos meios utilizados para vencer o adversário. Geralmente os livros didáticos enfatizam o problema da imunidade dos indígenas, que não conheciam doenças como a varíola, sarampo, gripe, entre outras enfermidades infectocontagiosas que os assolaram, mostrando que, assim que os europeus perceberam que elas eram mais eficazes do que suas espadas, eles começaram a espalhá-las intencionalmente, como uma arma biológica, para apressar a sua vitória.

Afora esses dois fatos, que aparecem em todos os livros didáticos analisados como tópico, o primeiro deles (a peste negra), ou como tema assessorio de fatos maiores (a devastação demográfica dos povos indígenas na época da conquista da América), mais nenhum deles é abordado com a mesma frequência. Todos os demais, quando aparecem, são abordados igualmente como o segundo tema acima comentado, isto é, como tema assessorio de um tópico considerado maior que ele.

Assim, encontram-se passagens que mencionam, na história geral, ou ocidental, temas assessorios como as doenças contraídas pelos trabalhadores ingleses durante a industrialização e as contraídas pelos soldados na Primeira e na Segunda Guerra Mundial. E nada mais do que isso, salvo exceções de obras que procuram dar um destaque um pouco maior à vida cotidiana, e assim, sempre que o conteúdo abordado comporta uma ligação pertinente, expõem alguma doença, geralmente epidêmica, que provocou grandes problemas à sociedade, como a gripe espanhola de 1918.

Em relação à história do Brasil, observam-se as mesmas características encontradas nos livros brasileiros de história geral, ou seja: 1) que a história da medicina está ausente; 2) que a história das condições de saúde está quase ausente e, quando aparece, não passa de um tema assessorio de tópicos ligados à história do trabalho ou a aspectos da vida cotidiana; 3) que a história das doenças é a mais frequentemente abordada, geralmente, como tema assessorio de um tópico e algumas vezes como tópico, mas nunca como capítulo independente.

Os autores de livros didáticos sobre a história do Brasil, normalmente, referem-se aos impactos das doenças trazidas pelos europeus sobre os indígenas em um tópico, dedicado ao povoamento ou população colonial, inserido no capítulo a conquista ou formação do Brasil. Todos os livros consultados faz essa referência. Afora isso, fazem menção também às doenças sofridas pelos africanos durante a travessia pelo Atlântico nos navios negreiros, como o escorbuto (um dos maiores males). No mais, é muito comum também abordarem algumas epidemias de grande impacto, como a que assolou o país em 1918, a gripe espanhola (que na verdade trata-se de uma pandemia que afetou um terço da população mundial), em um tópico dedicado aos problemas sociais na Primeira República (1889-1930).

Relativo a esse mesmo período e geralmente no mesmo tópico acima mencionado, ou tópico semelhante (movimentos sociais na Primeira República) também abordam a Revolta da Vacina, ocorrida em 1904 na capital do país contra a campanha de vacinação obrigatória contra a varíola do governo de Rodrigues Alves idealizada por Oswaldo Cruz. Ao abordar tal acontecimento, os autores apresentam os problemas causados pela citada enfermidade. Mas o foco deles não são esses problemas e sim as medidas autoritárias do governo, como exemplo do processo de modernização conservadora adotado pelas elites econômicas e políticas do país, que acabaram motivando o movimento revoltoso.

Além desses temas e do modo como são apresentados, muito raramente encontra-se outro tema do campo historiográfico especializado na história da medicina, da saúde e das doenças nos livros didáticos brasileiros dedicados à história nacional.

Diante dessa constatação, pergunta-se: a quantidade de temas e o modo como são abordados, como assuntos assessorios de tópicos, são satisfatórios? Sabemos que há muitos temas que ficam de fora, ou são abordados esporadicamente, como as práticas culturais, os lazeres, os saberes, a religiosidade, entre outros, e também sabemos que com alguns temas de grande prestígio, como a história da arte, ocorrem quase o mesmo.

Isso ocorre porque os livros didáticos concentram sua atenção nos temas ligados às questões econômicas e políticas, consideradas pelos seus autores (devido à formação teórica deles) as áreas das relações humanas que maior impacto produzem na vida social e, conseqüentemente, tem maior peso no rumo que as sociedades tomam ao longo tempo. Por esse motivo, sobra pouco espaço para demais áreas.

Sendo assim, o que se poderia fazer é ampliar as conexões entre as mais diversas áreas, produzindo algo mais próximo possível do que se conhece por história total, isto é, buscar em cada época e sociedade o maior número de temas relevantes e elaborar uma análise integrada delas. Ou, ampliar o número de tópicos de cada capítulo. Dessa maneira, ao estudar a sociedade colonial, analisar suas doenças, seus saberes, seus lazeres, suas artes, suas práticas religiosas de um modo conectado. Por exemplo, se partirmos, de um quadro que retrata um ex-voto da referida sociedade, ele pode nos dizer a doença, as técnicas artísticas, o gosto estético, a religiosidade, e da economia e da política também. Pois, a pessoa que retratou a sua cura no ex-voto pertence a uma classe social; uma informação que serve de ponto de partida para discutir a organização econômica e política na qual ele está inserido.

Claro que isso dará mais trabalho e exigirá maior erudição dos autores de livros didáticos. Mais do que isso, exigirá maior esforço dos formadores de professores para mudarem sua forma de abordagem da exposição dos temas de suas disciplinas, particularmente daqueles que lidam com metodologia do ensino e didática do ensino. Exigirá também que as autoridades dos ministérios, secretarias e demais órgãos que respondem pela organização da educação do país (por que não dizer dos países, pois o problema não é só brasileiro) a rever a forma como o conhecimento histórico é praticado em sala de aula.

SOBRE OS AUTORES:

Alisson Eugênio

Prof. de História do Brasil na Universidade Federal de Alfenas

alissoneugenio@yahoo.com.br